



ACÓRDÃO Nº 780/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11535/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas – FVS/AM.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Bernardino Cláudio de Albuquerque (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAL.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3652/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas – FVS/AM. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Bernardino Cláudio de Albuquerque**, Diretor-Presidente da Fundação de Vigilância em Saúde, exercício de 2017, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso II, estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, em razão das impropriedades 1.1, 3.1.1, 3.2.1, 3.3.1, 3.3.2, 3.3.3, 3.3.4, 3.4.1 e 14 (parcialmente);
- 10.2. **Aplicar Multa** no valor de **R\$ 2.000,00** ao **Sr. Bernardino Cláudio de Albuquerque**, Diretor-Presidente da Fundação de Vigilância em Saúde, exercício de 2017, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 308, inciso VII da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, em razão das impropriedades 1.1, 3.1.1, 3.2.1, 3.3.1, 3.3.2, 3.3.3, 3.3.4, 3.4.1;



ACÓRDÃO Nº 780/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa** no valor de **R\$ 14.000,00** ao **Sr. Bernardino Cláudio de Albuquerque**, Diretor-Presidente da Fundação de Vigilância em Saúde, exercício de 2017, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 54, inciso II, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 308, inciso VI da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, em razão da improbidade 14 (não sanada integralmente);

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Determinar à Fundação Vigilância em Saúde do Estado do Estado do Amazonas – FVS/AM** que se abstenha de prorrogar o Contrato nº 08/2017, firmado com a **Caltech Informática LTDA EPP**, em razão em razão da contratação direta fora das hipóteses legalmente admitidas.

- 10.5. Determinar à Fundação Vigilância em Saúde do Estado do Estado do Amazonas – FVS/AM** que se abstenha de prorrogar o Contrato nº 06/2017, firmado com a **Agilent Technologies Brasil LTDA**, em razão da contratação direta fora das hipóteses legalmente admitidas.

- 10.6. Dar ciência** da presente decisão ao **Ministério Público do Estado do Amazonas**, encaminhando-lhe cópia da Proposta de Voto, para providências que entender cabíveis, especialmente no tocante à improbidade 14 (parágrafos 39 a 45);

- 10.7. Dar ciência** ao **Sr. Bernardino Cláudio de Albuquerque** da decisão.



ACÓRDÃO Nº 780/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.8. Dar ciência da decisão à Fundação de Vigilância Em Saúde do Estado do Amazonas - FVS/AM.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Agosto de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral